

BÍBLIA

VOLUME II

Novo Testamento

Apóstolos, Epístolas, Apocalipse

Tradução do grego, apresentação e notas

Frederico Lourenço



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2017 by Frederico Lourenço

Publicado mediante acordo com a agência literária Bookoffice
(bookoffice.booktailors.com)

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Capa

Claudia Espínola de Carvalho

Imagem de capa

Luiz Fernando Machado

papel marmorizado, 66 × 96 cm

Projeto gráfico

Francisco José Viegas

Adaptação para o português do Brasil

Adriane Piscitelli

Revisão

Ana Maria Barbosa

Huendel Viana

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bíblia, volume 11 : Novo Testamento : Apóstolos, Epístolas,
Apocalipse / tradução do grego, apresentação e notas por
Frederico Lourenço. — 1ª ed. — São Paulo : Companhia
das Letras, 2018.

ISBN 978-85-359-3081-8

1. Bíblia – Traduções 2. Bíblia. N. T. – Evangelhos –
Comentários I. Lourenço, Frederico.

18-12792

CDD-220.5

Índice para catálogo sistemático:

1. Bíblia : Traduções 220.5

[2018]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/ciadasletras

Sumário

INTRODUÇÃO	9
1. Cânone	9
2. Pseudoepigrafia	13
3. Paulo	17
O TEXTO DO NOVO TESTAMENTO	27
ABREVIATURAS E SINAIS UTILIZADOS	39

ATOS DOS APÓSTOLOS

Nota introdutória aos Atos dos Apóstolos	43
<i>Atos dos Apóstolos</i>	47

EPÍSTOLAS

Cartas de Paulo	147
Nota introdutória à Carta aos Romanos	149
<i>Carta aos Romanos</i>	163
Nota introdutória à correspondência coríntia de Paulo	213
1ª <i>Carta aos Coríntios</i>	219
2ª <i>Carta aos Coríntios</i>	267
Nota introdutória à Carta aos Gálatas	299
<i>Carta aos Gálatas</i>	305
Nota introdutória à Carta aos Efésios	323
<i>Carta aos Efésios</i>	327
Nota introdutória à Carta aos Filipenses	343
<i>Carta aos Filipenses</i>	347
Nota introdutória à Carta aos Colossenses	357
<i>Carta aos Colossenses</i>	359

Nota introdutória à 1ª Carta aos Tessalonicenses	371
1ª Carta aos Tessalonicenses	373
Nota introdutória à 2ª Carta aos Tessalonicenses	385
2ª Carta aos Tessalonicenses	387
Nota introdutória às Cartas Pastorais	393
1ª Carta a Timóteo	397
2ª Carta a Timóteo	413
Carta a Tito	423
Nota introdutória à Carta a Filêmon	429
Carta a Filêmon	431
 Carta aos Hebreus	435
Nota introdutória à Carta aos Hebreus	437
 Carta de Tiago	469
Nota introdutória à Carta de Tiago	471
 Cartas de Pedro	485
Nota introdutória à 1ª Carta de Pedro	487
1ª Carta de Pedro	489
Nota introdutória à 2ª Carta de Pedro	503
2ª Carta de Pedro	505
 Cartas de João	513
Nota introdutória à 1ª Carta de João	515
1ª Carta de João	519
Nota introdutória à 2ª Carta de João	531
2ª Carta de João	533
Nota introdutória à 3ª Carta de João	535
3ª Carta de João	537
 Carta de Judas	539
Nota introdutória à Carta de Judas	541

APOCALIPSE

Nota introdutória ao Apocalipse	549
<i>Apocalipse</i>	553
 BIBLIOGRAFIA	605

Introdução

1. Cânone

Visto sob um prisma estritamente histórico, o Novo Testamento constitui uma coletânea de escritos cristãos, cujo denominador comum é o fato de os pressupostos desses mesmos escritos terem se afigurado apropriados com a corrente de cristianismo que se afirmaria, a partir do século IV, como a ortodoxia oficial sob proteção do imperador, contra muitas outras correntes cristãs repudiadas e perseguidas pela ortodoxia vencedora como “heréticas”.¹ Constantino, o primeiro imperador cristão, quis uma Igreja de pensamento uniforme e incentivou, por isso, a supressão não só de heresias como dos textos que as veiculavam. Do Concílio de Niceia, a que Constantino presidiu em 325, saiu a determinação oficial de que quem estava na posse de escritos heréticos devia entregá-los para serem queimados; quem não o fizesse, sujeitava-se à pena de morte.

Essa ideia de que textos veiculadores de um cristianismo “errado” deviam ser queimados persistiu ao longo dos séculos: no início do século VII, é atribuída a um presbítero chamado Ciríaco uma visão da Virgem Maria a visitar o mosteiro onde ele residia perto do rio Jordão, acompanhada por dois homens de nome João (o Evangelista e o Batista). Convidada pelo presbítero visionário a entrar na cela, a Mãe de Deus recusa-se, com a justificativa de que lá dentro se encontra o seu “inimigo”. Perplexo sobre a identidade desse inimigo numa cela onde não está ninguém a não ser ele próprio, o presbítero chega à conclusão de que o “inimigo” da Virgem é o texto de um cristão herético que, sem ele saber, estava encadernado dentro de um livro ortodoxo pertencente

¹ Recorde-se que a palavra grega *hairêsis*, de onde deriva “heresia”, significa meramente “escolha”.

à sua pequena biblioteca. As páginas em causa são de imediato rasgadas e queimadas.²

À nossa consciência contemporânea, que convive com a realidade irreversível de diferentes cristianismos (católico, ortodoxo, protestante, evangélico, mórmon, batista, pentecostal etc.), colocam-se algumas dificuldades na compreensão das razões que levaram a que, nos primeiros séculos do cristianismo, “ortodoxia” e “heresia” se opusessem enquanto caso de vida e de morte. E a nossa dificuldade não reside apenas em encararmos o fato de, afinal, a despenalização do cristianismo por Constantino não ter trazido o fim da perseguição dos cristãos: a perseguição de cristãos continuou após a despenalização, legalização e (já no século v) obrigatoriedade do cristianismo, apenas com a diferença de os perseguidores dos cristãos já não serem pagãos, mas sim outros cristãos.

Essas diferenças na concepção daquilo que devia ser o cristianismo já eram palpáveis mesmo na realidade histórica anterior, quando os cristãos corriam risco de vida num contexto sociopolítico e religioso (o Império Romano pagão) em que a sua religião era proibida. No início do século iv, um grupo de cristãos encarcerados em Cartago e aguardando a morte na arena padece na prisão de fome e de sede, porque à porta do cárcere um grupo de outros cristãos montou piquete para impedir que água e alimentos chegassem aos “heréticos”. De Alexandria vem a história do bispo na prisão que recorre ao seu cobertor para criar uma cortina divisória na cela, que ele tem de dividir com outros cristãos condenados à morte: a iminência do sofrimento selvagem a que todos esses proscritos estarão em breve sujeitos não traz qualquer sentimento de reconciliação; para o bispo ortodoxo, os “heréticos” têm de ficar do outro lado da cortina.³

Quando olhamos para o elenco dos 27 livros que integram, pelo menos desde o século iv, o cânone do Novo Testamento, não podemos perder de vista o fato de este conjunto de evangelhos e epístolas — no qual encontramos também um exemplo do gênero literário “atos dos apóstolos” e outro do gênero “apocalipse” — não constituir a

² João Mosco, *Prado espiritual* (§46).

³ Cf. Epifânio de Salamina, *Panárion* 68.3.3; e os *Acta Saturnini* 17.

reunião completa dos muitos evangelhos, atos, epístolas e apocalipses que foram escritos nos primeiros tempos do cristianismo. Desses textos que não entraram no Novo Testamento — por exemplo, os Evangelhos de Tomé, de Pedro, de Judas, de Maria (Madalena); ou os Atos de Paulo e Tecla; ou os Apocalipses⁴ de que existem igualmente variadíssimos exemplos — temos somente versões fragmentárias, em vários casos traduzidas para língua copta a partir de um perdido original grego.

O fato de esses textos não terem nos chegado completos deve-se à tentativa sistemática de os suprimir. Se hoje desfrutamos de um conhecimento histórico mais abrangente do que foi a Escritura cristã nos primeiros séculos que se seguiram à morte de Jesus, é em grande parte graças à descoberta fortuita, em 1945, de um contentor de barro no Egito, perto da localidade de Nag Hammadi, onde se encontrou um conjunto de livros (evangelhos, epístolas, apocalipses e atos apócrifos) que teria pertencido, talvez, a uma biblioteca monástica. Esses livros escaparam à destruição porque alguém, em vez de os queimar, decidiu enterrá-los naquele local, onde permaneceram, sem que ninguém tivesse conhecimento deles, durante mais de 1500 anos.

Um dos motivos que terá levado ao enterro, em Nag Hammadi, desses escritos cristãos apócrifos pode relacionar-se com uma importante carta pascal, escrita por Atanásio, bispo de Alexandria, em 367. Nessa carta (nº 39 das *Cartas festivas*), dirigida aos fiéis sob sua supervisão (não esquecer o sentido literal da palavra grega *epískopos*, “bispo”: supervisor), Atanásio critica fortemente a leitura de escritos heréticos, ao mesmo tempo que registra o elenco dos 27 livros que os cristãos devem ler para granjear a salvação: esses 27 livros são, justamente, aqueles que compõem aquilo a que chamamos o Novo Testamento.

Embora se trate, no caso da carta de Atanásio, da primeira lista completa e oficial do cânone do Novo Testamento (na qual surge explicitamente a denominação “cânone”), é de supor que, já antes, o cânone estivesse fixado com um perfil idêntico ou muito parecido.⁵ No final

⁴ Embora a palavra “apocalipse” seja, a rigor, do gênero feminino, mantenho a convenção portuguesa de a considerar masculina.

⁵ Para todas as questões referentes ao cânone do Novo Testamento, nunca é demais recomendar o brilhante livro de B. Metzger, *The Canon of the New Testament* (Oxford, 1997).

do século II, um bispo chamado Ireneu, residindo no que é hoje a cidade francesa de Lyon, já explicita claramente que há só quatro evangelhos que podem ser aceitos — os de Mateus, Marcos, Lucas e João —, usando como justificativa a ideia algo desconcertante de que, tal como só há quatro ventos e quatro “cantos do mundo” (isto é, quatro pontos cardeais), também só pode haver quatro evangelhos (*Contra as heresias* 3.11.8). Claro que a leitura comparativa dos evangelhos canônicos e dos restos que nos chegaram dos apócrifos não nos deixa qualquer dúvida quanto à absoluta imprescindibilidade de Mateus, Marcos, Lucas e João (talvez os livros mais extraordinários da história da humanidade). No entanto, parece cada vez mais evidente a um número crescente de estudiosos da história do cristianismo que os evangelhos apócrifos vêm enriquecer o modo como compreendemos, em contexto, os evangelhos canônicos. Em especial, o Evangelho de Tomé e o Evangelho da Verdade (e, à sua maneira, os Evangelhos de Judas e de Maria) são textos que complementam o retrato espiritual daquilo que foram as diferentes tendências do movimento paleocristão, antes da uniformização forçada (que seria imposta no século IV).

Ao mencionarmos acima Ireneu, escrevendo no século II contra tudo o que ele sentia como contrário à ortodoxia, não devemos esquecer que, também nos escritos do mártir Justino (meados do século II), encontramos como que uma antevisão da lista dos textos que seriam definidos mais tarde, na carta de Atanásio, como canônicos. Há quem pense datar também do século II uma lista dos livros do Novo Testamento descoberta, no século XVIII, na Biblioteca Ambrosiana de Milão pelo padre italiano Ludovico Muratori.⁶ Trata-se de um fragmento (conhecido desde então pelo nome Fragmento ou Cânone de Muratori) encontrado dentro de um códice, que teria em tempos feito parte de outro códice mais antigo. A lista não está completa (falta a menção de alguns livros registrados por Atanásio, como as duas Cartas de Pedro, a Carta de Tiago e a Carta aos Hebreus), mas tem a particularidade de admitir no cânone

⁶ A datação do fragmento de Muratori não é consensual e, para vários estudiosos atuais, é mais plausível a datação no século IV defendida por A. C. Sundberg (“Towards a Revised History of the New Testament Canon”, *Studia Evangelica* 4 [1968], pp. 452–61). Ver G. M. Hahneman, *The Muratorian Fragment and the Development of the Canon*, Oxford, 1992.

o livro de Apocalipse (cujo estatuto canônico não era ainda consensual, como sabemos pelo fato de grandes figuras da Igreja do século iv — Eusébio, Cirilo de Jerusalém e Gregório de Nazianzo — terem exprimido dúvidas, nos seus próprios escritos, quanto à canonicidade do Apocalipse de João).⁷ Mais curiosa ainda é a circunstância de lermos no fragmento de Muratori a informação de que o Apocalipse de Pedro também devia ser incluído.

Que Apocalipse de Pedro será esse? No final do século xix, foi descoberta numa necrópole no Egito uma versão em grego (enterrada, ao que parece, junto com o monge a quem o manuscrito pertencia). Mais tarde, em 1945, em Nag Hammadi, foi descoberto outro Apocalipse de Pedro, dessa feita em língua copta, cujo conteúdo é bem diferente do Apocalipse de Pedro primeiramente encontrado. É duvidoso, no entanto, que quem elaborou a lista do fragmento de Muratori estivesse disposto a admitir no cânone o Apocalipse encontrado em Nag Hammadi, pois a visão que aí é apresentada de um Jesus “corporal” sendo pregado na cruz, enquanto o verdadeiro Jesus “vivo” ri da cena da crucificação, não é consentânea com a noção ortodoxa (sobretudo defendida na epistolografia de Paulo) da centralidade na crença cristã de um Cristo efetivamente crucificado e ressuscitado.

“Apegar-se-ão ao nome de um homem morto”, diz Cristo nesse Apocalipse de Pedro, “convencidos de que desse modo se tornarão puros; só que em vez disso se maculam cada vez mais.”

2. Pseudoepigrafia

Apesar das diferenças entre os dois Apocalipses de Pedro, há uma característica que têm em comum: nenhum dos textos foi escrito por Pedro. São, assim, textos “pseudoepigráficos”, isto é, são textos escritos por autores que ocultaram a sua verdadeira identidade, de modo a se fazerem passar por outrem. Assim, é consensual, no estudo crítico que hoje se faz da literatura cristã dos primeiros séculos, que nem o Evangelho

⁷ Cf. E. Pagels, *Revelations: Visions, Prophecy, & Politics in the Book of Revelation*, Londres, 2012, p. 161.

que lhe é atribuído nem os Apocalipses foram escritos por Pedro, apóstolo e pescador da Galileia; nem foi Judas que escreveu o Evangelho de Judas; nem foi Maria Madalena que escreveu o Evangelho de Maria. São textos pseudoepigráficos (uma designação menos caridosa seria “falsificações”), que reclamam a autoria de figuras famosas que sabemos terem gravitado à volta de Jesus. Na sua maior parte, essas falsificações são já dos séculos II e III, escritas muito depois das mortes dos seus alegados autores.⁸

Para percebermos a razão que motivou esses autores anônimos a fazerem-se passar por Pedro ou por Maria Madalena, podemos voltar à carta pascal de Atanásio que define, pela primeira vez (que nós saibamos), o cânone completo do nosso Novo Testamento. A justificativa apresentada por Atanásio para a inclusão no cânone dos livros por ele elencados é que os autores desses livros foram “desde o início testemunhas oculares e ministros da palavra”, citando assim assumidamente o início do Evangelho de Lucas. A autoridade dos Evangelhos de Mateus e de João era sentida como estando baseada na crença de esses dois autores terem pertencido ao número dos doze apóstolos: esse “Mateus” e esse “João” eram vistos como pessoas que conheceram realmente Jesus Cristo, conviveram com ele, ouviram as suas palavras. Por seu lado, Marcos e Lucas eram tidos como discípulos respectivamente de Pedro e de Paulo — Paulo esse que, não tendo conhecido Jesus em vida, se arrogava a autoridade do apostolado pelo fato de ter visto o Senhor ressuscitado (1 Coríntios 9,1; 15,8).

Os autores pseudoepigráficos seguiram a mesma lógica. O autor do Evangelho de Pedro sabia perfeitamente que estava usurpando a identidade de Pedro (várias décadas, quando não um século, depois da morte do apóstolo); mas, ao mesmo tempo, tinha consciência de que seria graças ao nome de Pedro que o seu texto teria possibilidade de chegar a um

⁸ Muitos autores que abordam o fenómeno da pseudoepigrafia cristã partindo de uma posição teológico-religiosa afirmam que tal procedimento era normal na Antiguidade e era visto, na cultura da época, como eticamente neutro, não constituindo, assim, nem usurpação de identidade por parte do autor pseudônimo nem caso para rotular o texto pseudoepigráfico de falsificação. Do ponto de vista histórico, porém, essa visão não corresponde à realidade do fenómeno, como exemplarmente demonstrou Bart Ehrman em *Forgery and Counterforgery: The Use of Literary Deceit in Early Christian Polemics* (Oxford, 2013).

número maior de leitores. No Evangelho de Mateus (16,18), que decerto já circulava no século II, Pedro é apontado por Cristo como “pedra” da Igreja. Muitos grupos diferentes de cristãos, professando ideias também muito diferentes sobre o que era a mensagem de Jesus e o ideal de vida cristã, socorreram-se do nome de Pedro (e também de Paulo) para criar uma Escritura alternativa, recheada de novos evangelhos, atos, apocalipses e epístolas que, por diversas razões — entre as quais temos de contar a desconfiança (justificada) relativamente à sua verdadeira autoria —, não lograram entrar no cânone do Novo Testamento.

No entanto, também em relação aos livros que entraram, de fato, no cânone do Novo Testamento se colocam, desde o século XIX, muitas dúvidas quanto à sua verdadeira autoria. À semelhança da Escritura cristã herética, o Novo Testamento está repleto de livros pseudoepigráficos — mas com a importante ressalva de esses livros, identificados desde o século XIX como tendo autorias falsas, nunca terem levantado dúvidas em termos da ortodoxia da sua doutrina, razão pela qual cartas escritas em nome de Pedro ou de Paulo, por autores anônimos que usurpam a identidade de Pedro e de Paulo, puderam receber o estatuto de Escritura canônica e inspirada.

O Novo Testamento, com os seus 27 livros, é constituído por:

- quatro evangelhos anônimos (são anônimos porque nunca, em nenhum momento do texto, o autor registra o seu nome; as atribuições a Mateus, Marcos, Lucas e João são parte integrante da tradição manuscrita desses textos, mas nada nos garante que os seus autores tenham se chamado, de fato, Mateus, Marcos, Lucas e João; e há fortes razões, que explicamos nas notas introdutórias de cada evangelho, que tornam impossível a aceitação de que Mateus e João sejam os apóstolos com esses nomes);
- um livro de Atos cujo autor se identifica apenas como redator do evangelho atribuído a Lucas (mas nunca se identifica como “Lucas”);
- treze cartas que afirmam explicitamente a autoria de Paulo, das quais seis são hoje consideradas pseudoepigráficas (portanto escritas, em nome de Paulo, por alguém que não era Paulo) por uma significativa maioria de especialistas;

- uma carta anônima conhecida como “Carta aos Hebreus” (que, a rigor, não é uma carta nem é dirigida a destinatários hebreus);
- uma carta cujo autor se identifica como Tiago (embora não explicita se é o apóstolo homônimo ou o irmão de Jesus com esse nome; qualquer uma dessas possibilidades é, de resto, considerada inverossímil já desde o século XIX);
- duas cartas cujo(s) autor(es) se identifica(m) como o apóstolo Pedro, mas que são hoje consideradas pseudoepigráficas, não só pela extraordinária elaboração literária do grego em que estão escritas (são os textos com a escrita mais elegante e sofisticada de todo o Novo Testamento), mas também pelo fato de a 2ª Carta de Pedro se referir anacronicamente às cartas de Paulo como “Escritura”;
- três cartas cujo autor se identifica como “presbítero”, atribuídas pela tradição manuscrita a João (na opinião de alguns, o autor do quarto Evangelho);
- uma carta cujo autor se identifica como Judas, irmão de Tiago (presumivelmente também irmão de Jesus);
- um livro de Apocalipse cujo autor se identifica como João (embora seja altamente improvável, pela flagrante diferença na escrita, que esse João seja o autor do quarto Evangelho).

Nas notas introdutórias a cada um dos livros, darei informações mais precisas sobre a problemática que as autorias desses textos suscitam. Agora, podemos ficar com o seguinte panorama, que sintetiza a questão das autorias dos 27 livros que compõem o Novo Testamento.

Livros anônimos (nove): Evangelho de Mateus, Evangelho de Marcos, Evangelho de Lucas, Evangelho de João, Atos dos Apóstolos, Carta aos Hebreus, 1ª Carta de João, 2ª Carta de João, 3ª Carta de João.

Cartas de Paulo consideradas autênticas pela crítica atual (sete): 1ª Carta aos Tessalonicenses, 1ª Carta aos Coríntios, 2ª Carta aos Coríntios, Carta aos Gálatas, Carta aos Filipenses, Carta a Filêmon, Carta aos Romanos.⁹

Cartas consideradas pseudoepigráficas pela crítica atual (dez): Carta aos Efésios, Carta aos Colossenses, 2ª Carta aos Tessalonicenses,

⁹ As cartas autênticas de Paulo estão aqui elencadas segundo a ordem cronológica que é hoje majoritariamente aceita pelos estudiosos do Novo Testamento.

1ª Carta a Timóteo, 2ª Carta a Timóteo, Carta a Tito, Carta de Tiago, 1ª Carta de Pedro, 2ª Carta de Pedro, Carta de Judas.

Em síntese: dada a impossibilidade de sabermos ao certo a identidade do “João” que se afirma autor do livro de Apocalipse, somos colocados perante as seguintes evidências: (a) não sabemos quem escreveu vinte dos 27 livros que integram o Novo Testamento; e (b) o único autor do Novo Testamento a cuja identidade podemos associar uma biografia real é Paulo.

3. Paulo

No entanto, a reconstituição da biografia de Paulo esbarra de imediato contra um célebre problema: a discrepância entre aquilo que é dito sobre Paulo nos Atos dos Apóstolos e aquilo que Paulo diz sobre si próprio nas suas cartas autênticas. Esse problema influi no grau de credibilidade que podemos adscriver aos dados que nos chegaram sobre a biografia de Paulo exclusivamente via Atos dos Apóstolos. Isso porque a lógica mais básica nos exige que pelo menos equacionemos a hipótese de estarem errados os elementos biográficos sobre Paulo em Atos, quando esses colidem com o que é escrito pelo próprio Paulo nas suas cartas.

Assim, para muitos estudiosos atuais, a metodologia crítica mais defensável na abordagem à biografia de Paulo implica dar primazia à credibilidade de Paulo nos pontos em que há contradição entre as cartas autênticas de Paulo e outras fontes.

O autor de Atos é claramente um admirador incondicional de Paulo, a ponto de estranharmos até o título que, mais tarde, foi dado à obra: seria bem mais apropriado com o conteúdo do livro o título “Atos do Apóstolo”. Paulo é o herói do livro atribuído a Lucas — na verdade, para o autor de Atos, Paulo é uma figura nada menos que heroica: autor de curas milagrosas (19,11-2), de espantosos exorcismos (16,16-8) e dono de poderes que lhe permitem falar ininterruptamente uma noite inteira ou até ressuscitar um morto (20,7-12). Esses dons extraordinários nunca são referidos (decerto por modéstia) nos textos assinados pelo próprio Paulo.

Além dessas informações sobre Paulo, estamos também dependentes do livro de Atos para outras que não encontramos em outro lugar. Assim,

é somente o livro de Atos que nos diz que Paulo era cidadão romano (ver 16,37*) e que era natural da cidade de Tarso (22,3);¹⁰ só o livro de Atos nos diz que ele se chamava Saulo antes de passar a ser conhecido como Paulo; só o livro de Atos nos diz que ele estudou em Jerusalém com Gamaliel (22,3) e que tinha a profissão de *skênopoios* (“fazedor de tendas”, 18,3); só o livro de Atos nos fala da famosa “Estrada” de Damasco.

Ora, é em relação à Estrada de Damasco que deparamos com um problema que, para muitos estudiosos modernos, se afigura inultrapassável. É que o momento fulminante, no qual Paulo passa de perseguidor de cristãos a cristão, também é relatado pelo homem real que viveu essa experiência, na carta que ele dirigiu à *ekklêsia* (“assembleia”) na Galácia. Os termos em que a experiência é relatada na primeira pessoa por Paulo são incompatíveis não só com a narração na terceira pessoa do autor de Atos (9,3-7), mas também com as narrações na primeira pessoa que o autor de Atos coloca na boca de Paulo (22,6-10; 26,12-7). Isso porque, por estranho que pareça, o autor de Atos sentiu necessidade de narrar três vezes o episódio daquilo a que tradicionalmente se chama a “conversão” de Paulo.¹¹

Na versão escrita pelo próprio apóstolo (Gálatas 1,15-7), Deus revela o Seu filho a Paulo, ao que o texto indica, em Damasco (e não a caminho de Damasco), a fim de que Paulo anuncie Cristo aos gentios. Após a experiência dessa visão de Jesus (confirmada por 1 Coríntios 9,1; 15,8), Paulo afirma explicitamente que *não* foi para Jerusalém para junto daqueles que “já eram apóstolos antes de mim”, mas sim para a Arábia; depois, regressou a Damasco.

Três anos depois, Paulo — nas palavras do próprio (Gálatas 1,18-9) — decidiu finalmente ir até Jerusalém, onde esteve apenas quinze dias com Pedro e onde conheceu Tiago, “irmão do Senhor”. Uma afirmação de Paulo que, nessa carta, nos deixa perplexos é que ele era completamente desconhecido dos cristãos da Judeia (Gálatas 1,22). Ora, isso

¹⁰ Para o problema da naturalidade de Paulo e de outras questões atinentes à biografia do apóstolo, recomendo o excelente ensaio de R. Furtado, “Paulo de Tarso: em torno da origem”, em José Augusto Ramos (et al.), *Paulo de Tarso: Grego e romano, judeu e cristão*, Coimbra, 2012, pp. 13-28.

¹¹ Coloco aqui entre aspas a palavra “conversão” pelo fato de não estar isenta de controvérsia na moderna bibliografia sobre Paulo (cf. *Oxford Bible Commentary*, p. 1066), mas nas menções seguintes empregarei a palavra sem aspas.

contradiz a imagem, celebrizada no livro de Atos, de Paulo como perseguidor de cristãos em Jerusalém, antes da sua conversão.

A conversão de Paulo, nas três versões do livro de Atos, é narrada do seguinte modo:

- Na primeira versão (Atos 9,3-7) Paulo está a caminho de Damasco quando de repente uma luz divina brilha à sua volta. Ele cai ao chão (o cavalo do célebre quadro de Caravaggio não é mencionado no Novo Testamento...) e ouve uma voz que lhe pergunta: “Saulo, Saulo, por que me persegues?”. Paulo diz: “Quem és tu, Senhor?”. A voz responde: “Eu sou Jesus, a quem tu persegues. Mas levanta-te e entra na cidade e ser-te-á dito o que tens de fazer”. Nessa primeira versão, é referido que os acompanhantes de Paulo ficaram estupefatos porque ouviram a voz, embora não vissem ninguém. Repare-se que Paulo, segundo o autor de Atos, não *vê* Jesus.
- Na segunda versão (Atos 22,5-29), a narrativa é colocada pelo autor na boca do seu herói. Paulo afirma que estava a caminho de Damasco e que, por volta do meio-dia (pormenor ausente da primeira versão), brilhou uma luz do céu. Como na primeira versão, Paulo cai no chão e o diálogo com Jesus processa-se de modo análogo ao que vimos na primeira versão. A grande diferença é que se diz, agora, que os acompanhantes de Paulo *não* ouviram a voz.
- Na terceira versão (Atos 26,12-7), o acontecimento se dá de novo ao meio-dia, mas há a explicitação de que a luz celestial era mais forte do que a luz do sol. Nessa versão, explicita-se também a língua em que decorreu o diálogo entre Paulo e Jesus: hebraico. As palavras de Jesus são também menos lacônicas na terceira versão do que fora o caso nas duas anteriores. É só na terceira versão que Jesus diz expressamente a Paulo para pregar aos gentios.

Quanto às sequelas dessa experiência extraordinária, a primeira e a segunda versões da Estrada de Damasco em Atos referem que Paulo ficou temporariamente cego. Isso nunca é dito pelo próprio Paulo em nenhum dos seus escritos; e também não é dito pelo autor de Atos quando a história é contada pela terceira vez.

O episódio continua, na primeira versão (capítulo 9 de Atos), com o relato da visão de Ananias, “discípulo” e habitante de Damasco. Nessa visão, Jesus indica a Ananias que deve procurar Paulo. Este recupera